

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS **entre emergências  
e insurgências**  
FORMATIVOS:



16 a 19 de agosto



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



UNEB  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



## EXPERIÊNCIAS E REIVINDICAÇÕES DOS ALUNOS (AS) DO CAMPO DE MATINA-BA

Jeane Alves Santos  
E-mail: [aljeane46@gmail.com](mailto:aljeane46@gmail.com)  
Marleide de Souza  
Rosângela de Jesus Pereira  
Talita da Silva Souza  
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Guanambi, 04 de outubro de 2022.

Caros/as educadores (as) e gestores de Matina-BA,

Pautadas nas intensas lutas diárias que como alunas e alunos do campo enfrentamos ao longo de nossa trajetória na educação básica e também no ensino superior, viemos através dessa carta relatar um pouco das nossas vivências e experiências que nos fizeram ansiar por mudanças nos currículos e nas práticas pedagógicas que são oferecidas aos alunos do/no campo.

Como sabemos, nos dias atuais já se mudou muitas coisas referente às condições de acesso à educação. Entre elas, as longas e cansativas caminhadas que muitos de nós tivemos que percorrer em nossas comunidades para assim chegar as escolas, as quais funcionavam, comumente, em casas particulares, com estruturas precárias, sem recursos necessários para o trabalho educativo, sendo organizadas, em geral, com turmas multisseriadas. Além disso, os alunos camponeses foram sujeitos a práticas pedagógicas que eram muitas das vezes dotadas de exclusão. Passado esse período de grandes dificuldades vivenciadas durante a primeira fase do ensino fundamental, a cansada tarefa continuava, agora, era pegar um ônibus distante de nossas casas para poder cursar a segunda fase do ensino fundamental que era oferecido somente na sede, talvez isso tenha sido uma das muitas causas dos alunos do campo não concluírem o ensino fundamental em sua época.

Mediante a esses fatores, a infraestrutura e o conforto atualmente comparado a essas condições iniciais, são muito melhores, pois temos transportes (ônibus do Programa Caminho da Escola) colégios e escolas com assentos dignos. Entretanto, o que realmente queremos dialogar aqui, é sobre os currículos, as práticas pedagógicas e a formação dos educadores e

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



16 a 19 de agosto



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



UNEB  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



educadoras. Considerando que mais da metade da população de Matina-BA reside no campo e que as escolas do município recebem alunos e alunas majoritariamente advindas do campo, os/as senhores/as têm construído uma educação que seja para e com os sujeitos do campo? Entende-se que as escolas do/no campo devem estar voltadas socialmente e pedagogicamente para atender às necessidades dos sujeitos do campo. Nesse sentido, Caldart pontua:

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo..., prestando atenção às tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola desde o seu lugar e os seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade. (2002, p.24)

Sabemos que no Decreto de número 7.352 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) são garantidos direitos às populações do campo, no qual dentre eles está o respeito a suas vivências e experiências mediante ao oferecimento de uma educação de qualidade e adequada a suas especificidades.

O Projeto Político Pedagógico das escolas do nosso município precisa estar alinhado a essas necessidades já que nossos alunos e alunas são maioria residentes do campo. Sendo o PPP diretamente relacionado com o processo de ensino escolar e o guia das tomadas de decisões dentro das instituições de ensino suas propostas curriculares precisam partir da realidade social, cultural e econômica dos alunos e flexibilizar para todas as demandas, garantindo o avanço no processo de ensino aprendizagem.

Como posto pelo artigo 6º do Decreto de Nº 7.352:

Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas. (BRASIL, 2010, art. 6º).

Ter ferramentas de ensino e propostas curriculares que dialoguem com o modo de vida e experiências cotidianas do alunado de forma que o processo de ensino aprendizagem se faça de maneira efetiva e democrática. Também é indispensável que se tenha um corpo docente com

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



16 a 19 de agosto



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



UNEB  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



formação apropriada, e que lhes seja dada oportunidades de aperfeiçoamento para melhor desenvolver suas atividades.

Posto tudo isso e observando a atual situação do ensino em nosso município, convém colocar as seguintes questões: Até que ponto a secretaria de educação junto aos gestores têm se esforçado para oferecer aos nossos estudantes uma educação que atenda aos seus anseios? O que é levado em consideração pelos educadores e educadoras nas discussões que sucedem a produção dos PPP's das escolas do município? As temáticas produzidas juntamente com os conteúdos programáticos estão em concordância com a modalidade de ensino que é, ou pelo menos deveria ser, ofertado nas escolas, no caso, a Educação do Campo?

Colocamos essas indagações inicialmente a título de curiosidade, pois é interessante que conheçamos primeiro como se dá o funcionamento das práticas pedagógicas das escolas. Mas o principal objetivo é abrir um diálogo diante das reflexões acerca dessas provocações já que é do interesse tanto nosso, como, certamente, dos gestores (as) e professores (as) de todo o município que os direitos garantidos sejam respeitados e demonstrados nas práticas pedagógicas, principalmente. De um modo geral, no Brasil, ainda há muita discrepância entre as leis e o seu exercício. É preciso se atentar e trabalhar incansavelmente para que as aprendizagens essenciais ofertadas nas escolas, especialmente, as no campo dialoguem com as necessidades e vivências dos educandos, pois, só dessa maneira é possível alcançar os objetivos propostos pela oferta do ensino para o povo do campo. Sendo assim, ao consultar o Plano Municipal de Educação (PME) de Matina identifica que:

Quanto à Educação do Campo, o município não garante em sua totalidade, uma vez que essa modalidade de ensino caracteriza-se pela oferta de uma educação escolar específica, associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo e por desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo ensino-aprendizagem, lançando mão de uma concepção político pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente. Essa modalidade contempla especificamente os povos da pecuária, das minas, da agricultura e da pesca, como também, os caiçaras, os ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas (p.39).

Diante disso, percebe-se que na prática não há relevância no quesito Educação do campo. E podemos indagar: Isso não acontece por que o município não tem suporte para ministrar as aulas no campo? Ou por que não há profissionais formados nesta área? Será que realmente há necessidade dos alunos do campo se deslocarem para a cidade?

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



UNEB  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



16 a 19 de agosto

Posto isto, nota-se que o ensino-aprendizagem, no campo, é essencial para valorizar a comunidade rural, reconhecendo os sujeitos como construtores de conhecimento, em especial no prático e no produtivo, além disso, é importante considerar as características da cultura local, os saberes e conhecimentos presentes no campo. Ampliando assim, o currículo escolar para que atenda as especificidades dos povos levando em consideração, as diversidades dos alunos. Desta forma, com a formação continuada de educadores e educadoras nesta área, o espaço torna-se mais produtivo com trocas de conhecimentos entre educandos e educadores para a apropriação de conteúdos escolares.

Quando dizemos Por Uma Educação do Campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade: uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002 p.63).

Frente ao exposto e diante das dificuldades encontradas pelo(as) alunos(as) do campo, um dos grandes motivos da evasão escolar principalmente do Ensino Médio além do êxodo rural dos jovens de nosso município, nos leva a pensar na necessidade de re-significar os nossos currículos levando em consideração a importância da participação da comunidade matinsense na busca por estratégias que possibilitem esses jovens não somente se reconhecer como sujeitos do campo, mas que possam se manter economicamente no campo, se assim for sua vontade. Pensando nisso levantamos aqui o seguinte questionamento: o que o município tem pensado como meta a ser desenvolvida na reelaboração do PME no ano de 2025 no que se refere à Educação do Campo?

Desde já agradecemos a atenção e esperamos que através dessa carta possamos contribuir com as demandas da Educação do/no Campo em nosso município.

**Palavras-chave:** Currículo. Educação do campo. Experiências.

## Referências:

BRASIL, **DECRETO N ° 7.352. Art.6 °**, Brasília, 4 de novembro de 2010; 189 o da independência e 122 o da República.

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS **entre emergências**  
FORMATIVOS: **e insurgências**



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



UNEB  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



16 a 19 de agosto

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: KOLLING, Edgar Jorge; OSFS, Paulo Ricardo Celiori; CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Por uma educação do campo. Brasília: 2002. p.24 (caderno por uma educação no campo, nº 4).

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (orgs.) **Por uma educação básica no campo: identidade e políticas públicas**. V.4. Brasília, p.63, 2002.

MATINA. **Lei municipal nº. 32, de 16 de junho de 2015**. Plano Municipal de Educação. Diário Oficial do município, 16 de junho de 2015, ed.537. Disponível em:  
<http://www.procedebahia.com.br/ba/matina/diarios&edicao=537> .